

Senhor Reitor,

Senhores Vice-Reitores e Pró-Reitores,

Senhor Director da Faculdade de Direito,

Amigos do Senhor Doutor Avelãs Nunes, da Universidade de Coimbra e de fora dela,

Senhores Professores e Assistentes,

Caros estudantes,

Senhoras e Senhores,

Exma. Família do Senhor Doutor Avelãs Nunes,

Por iniciativa do Director desta Faculdade, Doutor António Santos Justo, foi-me sugerido e aceitei - com gosto e desgosto, como outros, antes de mim, em circunstâncias similares - leccionar a “Última Aula” do Doutor António José Avelãs Nunes. Devo, em primeiro lugar, esclarecer, para os menos habituados a este costume universitário, que é tradição nesta Faculdade que a Última Aula de um Professor que se jubila não seja leccionada pelo próprio mas antes por um colega da Secção a que pertence, em regra o mais velho. Neste caso, o colega mais velho do Doutor Avelãs Nunes tem 44 anos e é um mero professor auxiliar. Não tem nem carreira nem qualidades para cumprir esta diligência com o brilho, a profundidade e a maturidade que o Homenageado mereceria – e que seriam os seus, se, por uma vez, o Doutor Avelãs Nunes se dispensasse de cumprir uma obrigação universitária e tomasse em mãos esta tarefa, no lugar de a fazer confiar a um seu antigo assistente, com conhecidas limitações discursivas. Tanto assim é que, ao receber esta incumbência, senti imediatamente existirem dois possíveis homenageados, um provável e outro improvável, um incerto e outro certo. Um deles, um homenageado improvável mas, certamente, um homenageado, serei eu, desmerecidamente honrado com a possibilidade de me dirigir a esta distinta assistência, numa ocasião marcante para a vida da Faculdade e do Doutor Avelãs Nunes. Reconhecido, farei então o possível para celebrar a ocasião da jubilação do Doutor Avelãs Nunes, convencido até que o ilustre Professor e parte da assistência aqui presente – tendo já formado expectativas modestas quanto a esta prestação e tendo-se conformado com as mesmas – estão convenientemente apetrechados para enfrentar a decepção.

Começemos pelo “meio”. Debrucemo-nos (não exclusivamente) sobre o texto que o Doutor Avelãs Nunes escreveu como “lição de agregação” e que apresentou em 1994 (*Noção e Objecto da Economia Política*), por conseguinte já muito afastado, no mero plano cronológico, dos seus primeiros escritos, dos idos de 60, mas ainda distante, por mais de uma década, dos seus textos mais recentes. Esta “lição de agregação” tem uma qualidade singular, a de lançar luz sobre o *porquê* e o *como* de praticamente toda a obra científica do autor, tanto daquela escrita preteritamente, como da que viria a ser elaborada no futuro. São aqui claramente visíveis as três características fundamentais de Avelãs Nunes, no seu labor científico: a de ser um cientista *comprometido*, um economista *marxista* e um estudioso do capitalismo (convocando para este último efeito quadros de análise não exclusivamente marxistas), desde os seus primórdios até à sua actual projecção, a uma escala praticamente global, na chamada globalização.

A propósito da primeira ideia, convoquemos a tese segundo a qual a ciência económica é uma ciência (ideologicamente) comprometida, desenvolvida em a *Noção e objecto da economia política*. A defesa desta tese pode apreciar-se em vários planos.

Em primeiro lugar, Avelãs Nunes recorda e mostra que a Economia Política surge com a afirmação do capitalismo, no séc. XVIII, quando este faz caminho à custa da destruição da sociedade feudal, e surge como ciência de classe, neste caso, como ciência da burguesia, a classe social interessada em erguer uma nova ordem, a ordem liberal. Neste âmbito, é certo que se demonstra que os interesses da burguesia – a afirmação do individualismo e de um sistema de liberdade económica – são, à época, objectivamente coincidentes com os da sociedade, no seu todo. O progresso social exigiria, por exemplo, o desmantelamento das restrições impostas à produção artesanal, à circulação da riqueza e ao comércio externo e a eliminação dos ganhos monopolistas assentes em privilégios suportados pelo Estado que recuavam ao feudalismo. Mas, por outro lado, esta mesma ciência económica – a de Adam Smith; a de David Ricardo - não se assumirá como ciência de classe, com um objecto de estudo relacionado com a identificação de leis económicas e de categorias económicas que, sendo as do capitalismo, não perdurarão para além dele. Ao invés, imputar-se-á a estas leis e categorias económicas um carácter a-histórico, absoluto e imutável, elevando-se o capitalismo ao patamar de expressão eterna da razão. Ricardo, por exemplo, acentuará a oposição entre o salário e o lucro – marcando, por conseguinte, o antagonismo entre os interesses das várias classes sociais - mas considerá-la-á fruto de uma lei ou leis

naturais. Há aqui, por conseguinte, um compromisso ideológico profundo (a raizar ou a entrar mesmo na mistificação) com um determinado projecto de sociedade, bem visível nos textos dos autores mencionados, entre outros.

Já a teoria económica marxista assumir-se-á, abertamente, como ciência de classe, como ciência do proletariado. Também Keynes admitirá, confessada e pragmaticamente, que a sua obra visa salvar o capitalismo da derrocada, perante a Grande Depressão e as várias ordens sociais e económicas que emergiram dos totalitarismos.

Em segundo lugar – e concomitantemente –, Avelãs Nunes critica acerrimamente o paradigma marginalista. Convirá recordar que, com outros autores (Paul Sweezy, Joan Robinson, John Hicks, Cláudio Napoleoni), Avelãs Nunes defende que se perfilam actualmente duas grandes correntes (ou paradigmas) acerca da ciência económica. Por um lado, a perspectiva clássica-marxista, que se inicia com os fisiocratas, passa por Smith e Ricardo e vem desembocar em Marx (registre-se, a este propósito, que Avelãs Nunes raciocina como marxista, no estudo crítico dos autores da economia política clássica). Por outro lado, a perspectiva subjectivista-marginalista, que vem de Say e de Sénior, se afirma com a chamada revolução marginalista e que se apresenta hoje como a perspectiva económica dominante, tendo no ensaio de Lionel Robbins sobre a definição e o objecto de estudo da ciência económica a sua síntese mais conhecida.

Esta crítica faz-se em múltiplos planos. Primeiramente, identificam-se os pressupostos ideológicos do paradigma marginalista. Melhor, primeiro do que tudo, defende-se – mais uma vez – que há ideologia neste paradigma. Há, por exemplo, concepções ideológicas óbvias – e profundas – em Milton Friedman, quando este assenta o fundamental dos seus trabalhos em postulados como estes: as economias capitalistas são essencialmente estáveis; o melhor caminho para assegurar o máximo de crescimento económico e o melhor nível de vida para todos é o funcionamento, sem entraves, do mercado livre (tanto nos países desenvolvidos como nos países em vias de desenvolvimento); a intervenção do Estado na economia é um mal; a inflação é um mal muito pior do que o desemprego.

Havendo ideologia, não há neutralidade científica. Já observámos que, para Avelãs Nunes, a ciência económica atende aos interesses de classes sociais determinadas. Assim sendo, haverá não uma, mas várias ciências económicas (várias “economias políticas”). Entre elas haverá, por exemplo, diferenças no que respeita à

inserção ou à exclusão da análise económica de elementos não-económicos – e ainda, dando-se a ponderação dos elementos não-económicos nos quadros explicativos da economia, também no que se refere às diferentes combinações destes mesmos elementos. Nesta matéria – e regressando ao paradigma marginalista -, assistimos à defesa de uma concepção de economia pura, de ciência “físico-matemática”, orientada para a descoberta de princípios de comportamento, categorias teóricas e leis de validade absoluta e universal (a recordar desde logo a “física económica” dos fisiocratas). Ao defender-se que a ciência económica se reduz a uma *teoria pura*, com uma lógica sem falhas aplicada às questões económicas, assiste-se à recusa em considerar a perspectiva sociológica e a perspectiva histórica, em admitir, neste último ponto, que a compreensão da economia (e da sociedade) se tem que fazer com a inerente valoração da evolução verificada. Avelãs Nunes, desde logo na sua qualidade de economista marxista, rejeita toda esta concepção de ciência económica.

Depois, o paradigma marginalista é, a diversos títulos, incapaz de compreender o capitalismo e a sociedade capitalista.

É-o porque assenta – *maxime* o neoliberalismo – “em concepções individualistas do homem e da sociedade, considerando esta o mero somatório dos *indivíduos* que a compõem, todos *livres e iguais em direitos*, sem tomar em consideração os grupos, as classes e as organizações sociais em que os homens se dividem e se agrupam.” Nós sabemos – continua Avelãs Nunes - que todos somos iguais, mas que uns são mais iguais do que outros; e sabemos que todos são livres, mas alguns não têm as condições mínimas para exercer (muitas vezes nem sequer para reconhecer) a liberdade que em abstracto lhes é atribuída.

É-o porque defende o *contratualismo*, enquanto solução para todos os conflitos de interesses e instrumento para a realização “livre” das transacções, entendidas *et pour cause* como mutuamente vantajosas, independentemente das relações de poder ou da distribuição do poder entre as partes contratantes.

É-o porque procura mesmo um regresso radical a este mesmo *contratualismo*, sob a capa da desregulamentação, da redução da presença do Estado na economia ou da *libertação da sociedade civil*.

É-o porque a defesa do contratualismo se faz tendo como base uma visão harmoniosa da sociedade; desde Say que os autores que se integram na perspectiva subjectivista-marginalista afastam da sua análise da vida económica o antagonismo entre os interesses das várias classes sociais e a conflitualidade social. Antes se admite

que os titulares de cada um dos factores de produção recebem, independentemente da classe social em que se inserem, a remuneração adequada (proporcional) à sua contribuição para a produção. Esta fixar-se-á no mercado onde se transacciona cada um dos factores de produção (mercado de trabalho; mercado de capitais) e dependerá das relações de troca que nele se estabelecem (da oferta e da procura). As classes sociais – se preferirmos, as relações de produção que estas estão em condições de desenvolver ou a que têm de se sujeitar – desaparecem da análise económica. Dito de outra forma, as relações e as estruturas de poder e o contexto social em que se desenvolvem as relações de produção desaparecem da análise económica. A teoria da distribuição do rendimento entre as classes sociais transforma-se numa teoria dos preços de mercado dos factores de produção. A vida económica reduz-se ao jogo de mercado e nele participam agentes económicos isolados, que operam no mercado enquanto compradores e vendedores e não como elementos que integram um determinado grupo ou classe social

A incapacidade que o paradigma marginalista revela na explicação do capitalismo pode também percepcionar-se nos planos da apreciação das crises económicas do capitalismo, da identificação do fim próprio da produção, neste sistema económico, e ainda em outras considerações sobre a natureza, funções e capacidade explicativa do mercado.

Em primeiro lugar, registre-se que a subutilização ou a não utilização dos recursos escassos, perante necessidades e desejos não satisfeitos, não cabe na lógica do marginalismo. Ou seja, não cabe na lógica do marginalismo que a procura não acompanhe a oferta e que esta não seja então, proveitosamente, maximizada. Pressupondo-se então que todos os recursos serão utilizados, procura-se antes identificar as condições que garantam eficiência nessa utilização. Na verdade, o capitalismo tem-se pautado pela instabilidade e essa instabilidade tem-se traduzido em crises de sobreprodução, de super-abundância de bens (face ao poder aquisitivo da generalidade dos consumidores), de verificação recorrente e gravidade indesmentível.

Temos, por outro lado, a defesa de que a actividade económica tem como fim a produção de utilidades em ordem à satisfação das necessidades dos indivíduos. Privilegia-se, por conseguinte, a chamada *soberania do consumidor*. Serão estes – os consumidores – que, em última instância, mandam nos mercados, através das escolhas que fazem, dos bens e serviços que adquirem e que são, nessa medida, beneficiários de procura. Nestas circunstâncias, restará aos produtores produzir o que os consumidores querem ver produzido. Contra a validade deste conceito, argumenta Avelãs Nunes: nas

sociedades pré-capitalistas, a produção está subordinada ao consumo, mas o consumo não é um fim em si mesmo; não passa de condição para o desenvolvimento de outras actividades. Por outras palavras, o consumo não encontra a sua “justificação” no processo de produção; cumpre outras finalidades que não seja a de “alimentar” o processo produtivo. Não é, portanto, parte deste. No capitalismo, os acréscimos sucessivos da capacidade produtiva exigem níveis crescentes de consumo. O consumo passa a ser condição de desenvolvimento da produção e, nesta medida, parte da produção. Exerce-se então, não a soberania do consumidor, mas antes a soberania do produtor, facilitada pela concentração capitalista e traduzida na capacidade que os grandes operadores têm para, instrumentalizando os consumidores (os seus desejos; as suas necessidades), impor os seus interesses no mercado – e uma finalidade que é a sua; a obtenção de lucros. De tal forma assim é que a emergência e consolidação da chamada “*sociedade de consumo* trouxe para o primeiro plano um novo ramo de direito, o Direito do Consumo (ou Direito dos Consumidores). Perante o poder das estruturas que comandam os mercados e transformam as necessidades das pessoas em puros pretextos para ganhar cada vez mais dinheiro à custa dos ‘consumo-dependentes’, compreende-se então que o Direito do Consumo tenha surgido - à semelhança do Direito do Trabalho, marcado desde o início pelo princípio do *favor laboratoris* - como *direito de defesa dos consumidores*.”

A natureza do mercado é, também ela, objecto do escrutínio de Avelãs Nunes (bastariam as considerações que acabámos de proferir para o demonstrar). Contra a tese de que o mercado (se quisermos, a afirmação do mercado como o sistema de coordenação da actividade económica) é algo de natural, alheio a opções políticas, visto este como um puro mecanismo espontâneo de regulação automática da economia e de afectação neutra, moral e justa dos recursos produtivos, Avelãs Nunes contrapõe: o mercado deve antes considerar-se, como o Estado, uma *instituição social*, um produto da história e uma *instituição política* destinada a regular e a manter determinadas estruturas de poder. Clarificando, o mercado é uma *instituição de classe* e pilar de uma determinada forma de organizar a sociedade - e tanto assim é que a própria não intervenção do Estado na economia não é neutra, serve os interesses de uma ou algumas classes, em detrimento de outra ou outras. Pode, por exemplo, revelar, como aconteceu logo a partir do séc. XIX, um Estado capitalista e comprovar a tese de que um mercado livre é um mecanismo fundamental de uma dada estrutura de direitos e poderes.

Afirmado que o mercado não é um mecanismo natural de afectação neutra, moral e justa dos recursos produtivos, afirmar-se-á também que o mercado não garante uma afectação eficiente dos mesmos recursos (admitiremos que, no plano da prossecução do interesse social, a eficiência produtiva se medirá pela capacidade de combinar a maximização da produtividade dos recursos com um desenvolvimento sustentável ou equilibrado, que não conduza a uma sobreutilização dos recursos produtivos e, por conseguinte, a uma depauperação ou esgotamento dos mesmos). As dificuldades em garantir que a totalidade dos custos sociais de produção, nomeadamente daqueles que resultam em poluição, são efectivamente internalizados ou suportados pelos produtores, associadas a um paradigma de desenvolvimento que tem como meta mais e mais produção e confunde o mais com o melhor, provam sobejamente a ineficiência que acabámos de apontar. Aliás, o império da lógica do mercado, combinado com as comprovadas deficiências deste na afectação dos recursos produtivos à produção, nos termos expostos, está mesmo a pôr em causa, como sabemos, a preservação da vida humana.

Um último aspecto relacionado com a natureza, as funções e a própria projecção do mercado que merece a atenção crítica de Avelãs Nunes prende-se com a ideia de que este (o mecanismo dos preços) é o único instrumento com base no qual se podem analisar e explicar não só os fenómenos económicos mas todos os fenómenos sociais (a opção por casar ou não casar, as opções de voto, etc.). Assiste-se a uma *mercadização da vida*, ou a uma interpretação mercantilista de toda a nossa vida (algo que nos encaminha para a concepção de ciência económica de Robbins, que abordaremos de seguida), reduzindo-se esta a problemas sucessivos de preços e custos relativos que o mercado há-de resolver espontânea e naturalmente.

A recusa, nos autores que se integram no paradigma marginalista, em analisar as relações e as estruturas de poder, desprezando-se, por conseguinte, a capacidade que estas têm para condicionar as relações económicas, tanto ao nível da produção como da distribuição, é particularmente visível em Robbins e no seu conceito de ciência económica. Em traços muito gerais, para Robbins a ciência económica é a ciência da escassez, a ciência que estuda o comportamento humano, de cada indivíduo considerado isoladamente, perante a escassez dos bens.

Nesta Faculdade, Teixeira Ribeiro e Manuel Porto, partindo da concepção de Robbins, introduzem nela requisitos adicionais que, para além de conferirem à

economia a qualidade de ciência social, delimitam severamente o universo extremamente alargado de comportamentos que, de acordo com o economista inglês, poderiam ser objecto de estudo da ciência económica. Avelãs Nunes não percorre este caminho. Admitimos que por dois motivos.

Por um lado, porque considerará que, mais do que a escassez, os fenómenos económicos devem ser estudados pela influência que sobre eles exerce o poder, as relações de poder, as estruturas de poder, a forma como a sociedade está organizada. O problema do poder parece ser então o problema decisivo, não o problema da escassez. A título de exemplo, pense-se nas multidões de miseráveis que vivem em sociedades de abundância ou na fome, que existe à escala internacional e até vai aumentando e não porque os meios disponíveis não permitam a produção de alimentos suficientes para alimentar todos os habitantes do nosso planeta. O problema, afirmará Avelãs Nunes – na esteira de Amartya Sen - não estará na falta de bens, antes na falta de direitos.

Por outro lado, registre-se que Avelãs Nunes critica a distinção entre economia positiva e economia normativa, sendo que aqueles que a admitem – entre os quais Robbins e, entre nós, Teixeira Ribeiro e Manuel Porto - remetem para a economia normativa ou doutrina económica juízos de valor que Avelãs Nunes admite serem parte da ciência económica. O estudo “objectivo” da economia não prescindirá de elementos valorativos e também da adopção de uma perspectiva histórica. Por outras palavras, a economia, inclusive a teoria económica ou economia positiva, é sempre veículo de ideologia. Em maior ou menor medida, elementos ético-valorativos entram na análise económica. A este propósito, há que afirmar que, pelo menos em dois domínios da ciência económica (o papel da moeda na economia e a teoria da inflação), as reservas à validade operativa/operacional da distinção entre economia positiva e economia normativa são consensualmente admitidas como pertinentes.

Esclarecida, neste ponto, a posição de Avelãs Nunes, identificar-se-á, de seguida, um dever do investigador: o de esclarecer abertamente as premissas de que parte, no plano dos valores. Só assim se explicitará os elementos normativos que hão de fazer parte das teorias que se venham a elaborar. Só assim se permitirá que se conheçam os efeitos desses elementos normativos na investigação produzida. Não se indo por este caminho, estar-se-á a servir, consciente ou inconscientemente, mas sempre abusivamente (ou servilmente), aqueles que partilham o nosso sistema de ideias ou o sistema das ideias que, transmitidas de forma encapotada, se reproduzem com maior ou menor subtilidade em trabalhos que hão-de ser reputados puramente científicos e, nessa



medida, neutros. Tudo isto – note-se - não impede que se produza ciência. Avelãs Nunes dá o exemplo de Keynes, seguramente um dos mais importantes teóricos da economia do séc. XX, quando este afirma que as suas propostas visavam “evitar a destruição completa das instituições económicas actuais” (isto é, o capitalismo) e permitir um “feliz exercício da actividade privada”.

Da mesma forma que a investigação, também o ensino da economia, em Avelãs Nunes, é, assumidamente, transmissão de ciência com ideologia. Citamos: “... não me impressiono com o argumento de que (...) faço um ensino com carga ideológica. Tenho para mim que o professor – e principalmente o professor universitário – não pode nem deve despir-se das suas ideias, das suas concepções científicas e filosóficas. Ao planificar os seus cursos, o professor tem que seleccionar as questões a abordar. Neste acto de selecção está logo presente uma opção com uma carga valorativa e normativa indiscutível. Como escreve Samuelson, a verdade é que “todas as teorias (...) distorcem a realidade pelo facto de a simplificarem extraordinariamente” e um processo semelhante de simplificação-distorção está presente na acção do professor ao organizar o seu curso, valorizando uns temas e deixando outros de fora. É possível que todos sejamos vítimas de *auto-engano ideológico*. Mas creio que a consciência disto mesmo nos ajudará a reduzir os perigos de certas ilusões e a assumir as nossas responsabilidades intelectuais, deixando claros os nossos pontos de partida, especialmente perante os alunos, aos quais devemos uma atitude de permanente rigor, sobretudo na análise das nossas ideias e do nosso modo de pensar. Os ‘ideólogos’ mais perigosos são os que se consideram imunes às ideologias e aos valores, proclamando-se, beatificamente, cientistas objectivos, acima das ideologias”.

Avelãs Nunes é um cientista ideologicamente comprometido. Comprometido com o marxismo. Porque – defende - a teoria marxista é teoria da história, pode ser convertida em análise histórica, em um princípio de enquadramento da realidade que é a nossa e num método de análise dessa realidade. Porque a teoria marxista é também ciência sociológica. Porque as classes sociais existem, a luta de classes também, o Estado é um Estado de classe e o direito é um instrumento de classe.

Observe-se que esta sua qualidade – muito visível, por exemplo, em *Os sistemas económicos* (1973, com sucessivas reimpressões e actualizações), onde raciocina como marxista na análise da emergência, consolidação e evolução do capitalismo - não impede Avelãs Nunes de estudar e valorizar outras correntes do pensamento económico,

nomeadamente o estruturalismo latino-americano e o keynesianismo, encontrando mesmo nelas “pontos de contacto” com o pensamento marxista. Ao estruturalismo latino-americano reconhece Avelãs Nunes o prestígio de uma construção teórica que se ergue, no domínio da ciência económica, fora, à margem e, em certa medida, contra os grandes centros produtores da ideologia dominante (exactamente como, a seu tempo, o marxismo). Registe-se que o estudo aprofundado dos autores cepalinos se faz na sua tese de doutoramento (*Industrialização e Desenvolvimento. A Economia Política do “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”*), obra de 1983, dedicada à problemática do desenvolvimento na América Latina, particularmente no Brasil, com mais de mil páginas, editada entre nós, no México, pelo Fondo de Cultura Económica, e também, recentemente, no Brasil, pela Quartier Latin, com prefácio de Celso Furtado.

No que se refere ao keynesianismo, temos o facto de tanto Marx (e os marxistas) como Keynes (e os keynesianos) criticarem o mercado e, veiculando ele uma determinada concepção acerca da ordem social, ambos procurarem actuar sobre essa ordem social. Os marxistas pretenderão substituir essa ordem social por outra; os keynesianos introduzir mudanças na ordem social estabelecida, mantendo o capitalismo. A abordagem a esta corrente do pensamento económico desenvolve-se em *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista* (1991), um estudo profundo da controvérsia que opôs os monetaristas (neo-liberais) aos keynesianos, a mais importante daquelas que atravessaram a ciência económica ao longo do séc. XX.

Gostaríamos neste ponto de incidir com um mínimo de cuidado nas duas obras mencionadas, antes de cuidarmos da qualidade de “economista marxista” de Avelãs Nunes. Faltando-nos o tempo, escolhemos uma - *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista* -, talvez porque dela estamos mais próximos (foi nossa leitura, logo aquando da sua publicação), porque, também nela, é visível a percepção de Avelãs Nunes de que a ciência económica é uma ciência comprometida e, por último, porque o autor reconhece que este trabalho lhe forneceu quadros teóricos que o ajudaram na análise da evolução recente do capitalismo (já antes referimos esta dimensão de Avelãs Nunes - a de um estudioso do capitalismo, ao longo de praticamente toda a sua vida de académico).

O debate entre monetaristas e keynesianos é visto por Avelãs Nunes como um debate tão antigo como a economia política, enquanto disciplina científica. Recorde-se que temos, em campos opostos, os defensores da teoria quantitativa da moeda, do *laissez faire*, da mão invisível e da lei de Say (Smith, Ricardo, Say, Fischer), e os

críticos da teoria quantitativa tradicional (por exemplo, Keynes, no *Treatise on Money*) e da lei de Say (Malthus, Marx, Keynes, na *General Theory*). Para mais, defende Avelãs Nunes, o confronto trava-se, em boa medida, no terreno dos pré-supostos, das concepções *a priori*, das convicções acerca da economia e da sociedade e do papel do Estado na economia, perante a economia e a sociedade.

Centremo-nos nas convicções acerca da economia e do Estado capitalista. Um primeiro aspecto da apreciação que possamos fazer relacionar-se-á com a aferição do carácter estável ou instável do capitalismo.

Para Keynes e os keynesianos, há instabilidade (recorde-se, desde logo, a instabilidade das despesas privadas), embora esta instabilidade não tenha que ser violenta. Por outro lado, afirma Keynes, o sistema capitalista só raramente e efemeramente estará em pleno emprego ou se aproximará do pleno emprego. Por outras palavras, não existe nenhum mecanismo nas economias capitalistas que garanta o pleno emprego, nenhuma capacidade de auto-ajustamento com que o sector privado possa seguramente contar (v.g. a cargo de uma “perfeita flexibilidade nos preços”). Abre-se então espaço para as políticas estabilizadoras (monetária e, sobretudo, financeira), que não só procuram a estabilização como a aproximação ao pleno emprego (embora se admita que estas são susceptíveis de manipulação, ao sabor do ciclo político, e exigem discernimento na sua definição e execução, evitando-se a aplicação mecânica de soluções pré-fabricadas, sem capacidade para, nas economias abertas de hoje, provar como medidas de estímulo da produção e do rendimento gerado pela produção). O Estado capitalista deve então assumir-se como protagonista da vida económica.

Já para os monetaristas, a economia privada é intrinsecamente estável, o que dispensa políticas de estabilização, das quais, aliás, resultarão factores adicionais de instabilidade (na medida em que, de uma forma ou de outra, estas políticas introduzam variações na quantidade de moeda existente na economia e, nessa medida, gerem inflação. A inflação, para estes autores, é sempre um fenómeno monetário). Os monetaristas desconfiam dos governos e da sua capacidade para actuarem eficazmente com objectivos anti-cíclicos. Insistem no *laissez-faire* e numa intervenção do Estado na economia subordinada a regras e limites muito apertados, por vezes até com uma surpreendente consagração constitucional (foi o que Friedman chegou a sugerir, no que respeita à fixação de uma regra para o crescimento da oferta de moeda) e intuítos focados no controlo inflacionista.

Vejamos agora como se situam estas duas correntes na valoração do problema do emprego. A questão está em saber se o problema do emprego – melhor, do desemprego - é um problema de procura efectiva ou de salários. Keynes e os keynesianos sublinham que o montante dos salários reais é, simultaneamente, um elemento dos custos e um componente da procura global, pelo que a redução dos mesmos, ao fazer diminuir a procura global (no caso de não se dar um aumento do investimento ou das exportações), reduz a necessidade de oferecer/ produzir e, por conseguinte, faz diminuir a procura de trabalhadores. Será então preferível actuar primeiramente sobre a procura efectiva (expandindo, com políticas públicas, inclusive a redistribuição do rendimento, a procura global) para aumentar o emprego. E será o nível do emprego a determinar o nível dos salários reais e não o inverso. Por outro lado, os keynesianos consideram prioritária a luta contra o desemprego e a prossecução do pleno emprego. Já os monetaristas entendem que o desemprego se pode reduzir, embora não exclusivamente, com a diminuição dos salários reais, algo que contribuirá para reconduzir o mercado de trabalho ao equilíbrio (de pleno emprego). Para mais, grande parte do desemprego é desemprego voluntário e a taxa natural de desemprego só baixa com medidas estruturais (em particular, de aumento do nível de concorrência e de flexibilização no mercado de trabalho, para o que poderá contribuir a redução ou eliminação de algumas prestações da segurança social – supostamente responsáveis por desincentivar a oferta de trabalhadores - e do salário mínimo legal – visto como um factor de rigidez neste mercado). Estão aqui representadas propostas monetaristas com fortes traços individualistas e liberais, às quais poderíamos ainda somar o combate aos sindicatos, acusados de resistir à baixa dos salários nominais e de procurar que os trabalhadores beneficiem dos aumentos da produtividade, tornando-os supostos co-beneficiários da remuneração de um capital que não adiantaram à produção.

Por último, as funções do Estado. Na visão monetarista, defende-se uma concepção minimalista (se quisermos, a concepção tradicional). O Estado não deve controlar, sob qualquer forma, a actividade económica. Nem, em especial, os resultados desta, ao nível da distribuição do rendimento. Defende-se a falta de legitimidade, a ineficiência e até a perversidade das políticas de redistribuição do rendimento. Com Keynes assistimos à defesa de uma ampla expansão das funções tradicionais do Estado (não do colectivismo). Para Keynes, os keynesianos e os neo-keynesianos, o Estado deve intervir para diminuir as desigualdades na distribuição do rendimento e da riqueza. Caso contrário, estas revelar-se-ão muito marcadas, porventura marcadamente violentas.

Por outro lado, este tipo de intervenção é necessário para favorecer – se quisermos, para sustentar - o desenvolvimento económico. Ou seja, o progresso social não se revela antagónico da eficácia económica. Progresso social e eficácia económica não serão objectivos conflituantes, serão antes objectivos cuja conciliação é uma necessidade decorrente das estruturas económicas e sociais do capitalismo contemporâneo. Assim se legitima a acção do Estado com intuítos redistributivos do rendimento e assim se salvaguardada a legitimação social das mesmas políticas.

O retrato – a preto e branco, é certo – que acabámos de fazer de alguns dos termos da controvérsia entre keynesianos e monetaristas permite, com Avelãs Nunes, defender que, também nestas matérias, a ciência teórica se imbrica com valoração e ideologia, as concepções ditas puramente científicas com juízos de valor sobre o comportamento das pessoas e dos governos e o andamento das economias. Tudo isto, evidentemente, com natural projecção nas diferentes recomendações de uns e de outros, no âmbito da política económica.

Regressemos à qualidade de economista marxista de Avelãs Nunes. Nesta sua qualidade, Avelãs Nunes recusa a possibilidade de se cindirem as relações de produção das relações de distribuição, admitindo que as primeiras se mantenham como objecto da dinâmica e das características próprias do capitalismo e assegurando para as segundas a capacidade de se revelarem instrumento e tradução da reforma do capitalismo, de aproximação deste ao socialismo (a um socialismo de distribuição).

A posição de Avelãs Nunes é a de Marx. Para Marx, a distribuição do rendimento (a distribuição do produto do trabalho) é uma consequência lógica da natureza das relações sociais de produção. No caso do capitalismo, estas relações sociais de produção, marcadas pelas diferentes posições dos empregadores-capitalistas e dos trabalhadores assalariados relativamente à propriedade dos meios de produção, associadas àquele que é o fim próprio da produção no capitalismo – a obtenção do máximo lucro –, resultam num antagonismo de interesses entre as duas classes sociais (o carácter conflitual das sociedades capitalistas), no pagamento de baixos salários e, por conseguinte, numa muito desigual distribuição do rendimento.

Para um marxista, havendo capitalismo na produção, haverá capitalismo na distribuição; isto até porque a intervenção do Estado com objectivos de redistribuição do rendimento é feita por um instrumento de classe (o próprio Estado) e com intenções que são, em última instância, de sustentação do próprio capitalismo, em particular no

que se refere à garantia de poder aquisitivo para a absorção de volumes de produção crescentes. Há muito que se sabe que a oferta não cria a sua própria procura, é antes a procura que terá que garantir o escoamento de níveis crescentes de oferta. Estrangulamentos na procura efectiva terão então que ser minorados, seja com a massificação do crédito – uma via que provavelmente criará amanhã problemas maiores do que aqueles que resolve hoje -, seja com a garantia de acréscimos de poder aquisitivo às classes sociais que, nesta matéria, cumprirão um condição fundamental: gastam o que recebem; convertem em despesa o seu rendimento; compram (não poupam e, sobretudo, não se revelam instrumento, directo ou indirecto, de entesouramento).

Para um marxista, o conflito social nas sociedades capitalistas – mas também as crises do capitalismo – radicam, por conseguinte, nas relações de produção que se desenvolvem no seio deste modo de produção e nas consequências destas relações. Este conflito e estas crises poderão ser, transitoriamente, minorados ou ultrapassados, mas estarão sempre presentes e com tendência para uma progressiva agudização; para um marxista, com o desenvolvimento histórico dar-se-á necessariamente a superação do capitalismo.

Temas como estes são abordados, em particular, em dois textos de Avelãs Nunes: *Do capitalismo e do socialismo* e *Os sistemas económicos*, já mencionado. Na primeira obra, um livro publicado em 1972, insere-se uma nota crítica de Avelãs Nunes ao conteúdo de uma entrevista de Jan Tinbergen ((já então galardoado com o Prémio Nobel da Economia), seguida de um inesperado artigo de resposta de Tinbergen e de uma contra-resposta de Avelãs Nunes (estes textos foram originalmente publicados no *Jornal do Fundão* e na revista *Vértice*, entre 1969 e 1972). Valerá a pena revisitá-la e apreciar, com sabedoria retrospectiva, a discussão que nela se produz sobre o significado e o alcance da evolução do capitalismo.

À época – anos 60 – avançou-se uma série de argumentos para a defesa da tese de que se estava a assistir a uma alteração qualitativa nas economias ocidentais, assimilando estas, progressivamente, elementos ditos “socialistas”. Registe-se que Tinbergen propõe um conceito de “socialismo” de cariz não marxista; este significará que se faz entrar no sistema uma maior igualdade, tornando-o mais justo, sem que isso signifique que todos os bens de produção devem estar sob a alçada do Estado. Partindo deste conceito de “socialismo”, compreender-se-á que um ponto fundamental do pensamento de Tinbergen reside na defesa de uma mais equilibrada distribuição dos

rendimentos e da ideia de que, no plano interno, este objectivo prossegue-se através de um adequado sistema de impostos, da segurança social e da educação.

À parte a defesa das políticas de redistribuição do rendimento, Tinbergen e outros autores (v.g. Galbraith) avançam outros argumentos, com o sentido já apontado (uma evolução descaracterizadora do capitalismo). Estes argumentos centram-se: *a*) na necessidade de programação económica, tanto pública como privada (em particular, das grandes empresas), com a conseqüente redução da importância do mercado, mas, sublinhe-se, não por questões ideológicas, antes por razões técnicas e de organização; *b*) na introdução de novas tecnologias, desfazendo a conexão entre maior produtividade e maior intensificação do trabalho, algo que conduz à superação do próprio conceito de luta de classes, transferindo para fora do processo produtivo o conflito entre os diversos grupos sociais; *c*) na separação cada vez mais nítida entre a propriedade e o poder económico. Os accionistas-proprietários (aliás, frequentemente, muitos ou até muitíssimos) cedem o seu lugar aos *managers* (aos gestores ou administradores) e estes reger-se-ão por uma lógica distinta da do capitalismo “puro”, já não a da acumulação, mediante a obtenção do máximo lucro, mas a da promoção do aumento da dimensão e do poder da empresa, num compromisso que procuraria ir ao encontro não só dos interesses dos accionistas (e dos próprios gestores) mas também dos interesses dos trabalhadores, do Estado e do público em geral.

Avelãs Nunes contrapõe: a política de redistribuição dos rendimentos tem natureza ambivalente; serve – também – para garantir mercado para o escoamento de uma produção crescente e, nessa medida, é instrumento de continuidade do próprio capitalismo, em sociedades modernas e desenvolvidas. Por conseguinte, interessa – também - àqueles que à partida se assumiriam como os onerados pelo sistema. Por outro lado, tem limites intransponíveis, em particular, o da não destruição do mercado e da sua lógica. Devem, por exemplo, ser excluídos impostos fortemente progressivos sobre o rendimento, susceptíveis de afectar as margens de lucro julgadas necessárias para estimular o investimento privado. Desta forma, a lógica e os limites desta política revelarão a sua incapacidade para alterar as relações de produção do capitalismo ou a diferenciação fundamental que se verifica no seio do capitalismo (capitalistas, trabalhadores assalariados (não obstante, abra-se aqui um parêntesis só para recordar que em *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista* e em outros textos, mais recentes, Avelãs Nunes não deixa de bater-se, para os tempos presentes, pela manutenção do Estado-providência - com funções várias, entre as quais, exactamente, a

da redistribuição do rendimento -, ameaçado por realidades económicas internacionais e pela afirmação do pensamento neo-liberal).

Continuando: no que respeita à tese de que os gestores são os verdadeiros detentores do domínio sobre as empresas e que estes pugnam primordialmente pelo crescimento da empresa e tendem a colocar esta ao serviço dos interesses da colectividade, Avelãs Nunes entende que, num sistema económico em que a iniciativa da actividade económica continuar a caber, na essência, aos detentores do capital, o crescimento da empresa não poderá conceber-se como um fim em si mesmo, só ganhando sentido como meio de valorização do capital. Esta continua a ser a finalidade da produção.

Neste ponto gostaríamos apenas de recordar que diversos acontecimentos, alguns dos quais bem recentes, têm vindo a demonstrar que, se os administradores das grandes empresas nem sempre alinham os seus interesses pelos interesses dos accionistas, podendo insistir imprudentemente num crescimento contínuo da empresa, com prejuízo da sua rentabilidade, ao ponto de se ter formado um movimento de *corporate governance* que procura encontrar formas de garantir esse alinhamento, também é certo que está por demonstrar que estes conflitos de interesses entre os accionistas e os administradores reflectem a vontade dos últimos em servir o interesse geral ou da colectividade. Muito pelo contrário, o que estará antes em causa serão acréscimos das vantagens internalizáveis pelos administradores - e apenas por estes -, que claramente se associam ou resultam do aumento da dimensão das empresas (v.g. incremento das remunerações e de outros benefícios, maior projecção social e profissional).

Regressando a Avelãs Nunes e às suas “respostas” a Tinbergen, quase concluímos afirmando que em *Do capitalismo e do socialismo* assistimos a uma crítica de cariz fundamentalmente marxista às concepções social-democratas reformistas de Tinbergen e à convicção de que estas, pese embora a boa-fé com que possam ter sido propostas, sempre se hão-de acabar por traduzir na defesa de um capitalismo na produção e do acantonamento de “um” qualquer socialismo na distribuição. Ora, para Avelãs Nunes, “esta equação é uma espécie de *quadratura do círculo*, se levarmos a sério o que, desde os fisiocratas, nos ensina a teoria económica: que as relações de distribuição não podem separar-se das relações de produção”. Já o tínhamos afirmado.

Uma última nota quanto à polémica com o Prémio Nobel. Como referimos, Tinbergen defendeu que a introdução de novas tecnologias, desfazendo a conexão entre



maior produtividade e maior intensificação do trabalho, transferiu para fora do processo produtivo o conflito entre os diversos grupos sociais e conduziu à superação do próprio conceito de luta de classes. Avelãs Nunes, em 2002 (*Neo-liberalismo, globalização e desenvolvimento económico*), contra-argumenta, provavelmente sem se dar conta disso (com certeza já esquecido da tese de Tinbergen), quando, para sublinhar que o desenvolvimento capitalista pode explicar exclusão social, em particular em alguns países em vias de desenvolvimento, cita: “Quando se falava de exploradores e explorados havia que contar com estes, porque os explorados estavam dentro do sistema (sem explorados não pode haver exploradores), enquanto que os excluídos estão, por definição, fora do sistema, como se não existissem”. Registe-se que os excluídos nem necessários serão para alimentar o “exército industrial de reserva” e contribuir para garantir os efeitos depressivos sobre os salários que a este se imputam. Nestas circunstâncias - e seguindo a linha de raciocínio de Avelãs Nunes, que suponho estar a interpretar correctamente –, teremos a defesa de uma contra-tese, a de que os aumentos da produtividade, pela via tecnológica, e a radicação do conflito entre as classes sociais fora do processo produtivo, no todo ou em parte, em nada contribuirão para a obsolescência do conceito de luta de classes, antes pelo contrário.

Não terminaremos este apontamento sobre a obra e o pensamento do Doutor Avelãs sem nos referirmos à sua análise da globalização, um tema cuja actualidade rivaliza com uma indiscutível pertinência. Suponho que todos nos sentiremos, à vez, beneficiários e vítimas da globalização, ou seja - e cingindo-me à globalização económica -, beneficiários e vítimas de um processo de uma progressiva unificação do mercado mundial, de um mercado mundial que, sujeitando-se com facilidade à lei da oferta, à lei da procura e à lei dos preços, procura frequentemente eximir-se da lei dos homens, da acção dos Estados ou das organizações internacionais. Avelãs Nunes centra-se nos aspectos críticos da globalização, perspectivando esta como o resultado de um processo de afirmação política de um capitalismo neo-liberal e mundializado. Sem tempo, deixamos uma breve nota de quatro ideias fundamentais, quatro ideias que, não sendo, do meu ponto de vista, insusceptíveis de debate ou controvérsia, são, seguramente, valiosos sinais de alarme quanto à possível natureza e aos perigos do actual processo de integração económica internacional: a) o capitalismo surgiu como a “civilização das desigualdades”. A globalização - e o neo-liberalismo – potenciam esta desigualdade, entre as pessoas (pense-se no nivelamento por baixo dos salários e dos direitos sociais, nas economias desenvolvidas), e projectam-na, entre os povos (entre os

países desenvolvidos e alguns países em vias de desenvolvimento. Recorde-se o caso de África); *b*) a globalização neo-liberal é muito mais o resultado de uma política de globalização do que um processo “natural”, deterministicamente resultante da evolução tecnológica; *c*) a globalização não é um regresso aos tempos do “capitalismo da concorrência”, agora dinamizado à escala mundial. Os protagonistas quase exclusivos serão os grandes conglomerados transnacionais; *d*) a globalização é predadora; nesta medida, tem honrado o código genético do capitalismo.

Gostaria, por último, de deixar a minha impressão sobre o Doutor Avelãs Nunes. Admito que numa “Última Aula” se procure, fundamentalmente, transmitir ciência; serão ciência as ideias de um Homenageado que o é, nesta Faculdade e neste momento, numa sua primeira qualidade, a de académico. Foi o que fiz. Mas o Homenageado é também o Professor com quem me iniciei nas lides académicas e com quem trabalhei durante os últimos 19 anos, grande parte dos quais enquanto seu assistente nas aulas práticas de Economia Política e de Economia (do antigo 5º ano). Tenho, por conseguinte, o gosto e a obrigação de deixar aqui a minha visão do homem, não só porque estou em boa posição para o fazer, como também porque considero existir na personalidade do Doutor Avelãs Nunes uma relativa imperscrutabilidade; a sua aparente irredutibilidade – a qual mais não é do que uma visão exacerbada da firmeza das suas convicções, da nossa ou da sua responsabilidade (não sei) - esconde capacidade para ouvir os outros; a conhecida *secura* no trato disfarça o respeito (sem favores ou outro tipo de transacções) por aqueles com quem trabalha (professores, alunos); a forma de lidar institucionalmente com os colegas encobre a qualidade de uma efectiva solidariedade (que ultrapassa, de longe, as exigências de *lip service*), quando estes passam, até na sua vida não académica, por momentos difíceis (pude comprová-lo).

Não fui aluno do Doutor Avelãs Nunes e, por conseguinte, não contactei com ele durante o meu curso de licenciatura. Conheci-o após a minha contratação como assistente estagiário, no momento em que, gratamente, me foi distribuído serviço docente na disciplina de Economia Política. Seguiram-se então alguns anos particularmente formativos, no decurso dos quais o Doutor Avelãs Nunes me transmitiu o que era o dever e como se cumpria, mas também o que não era dever e o que não tinha que se cumprir. Implacavelmente pontual – ou, muito de vez em quando, ligeiramente adiantado na hora –, o Doutor Avelãs Nunes não admitia falhas a esse respeito, fossem de 30 ou de 3 minutos. Habitado a uma displicência lusitana que acomoda com

benevolência ofensas à pontualidade, sofri, logo ali, o primeiro embate, mas rapidamente me adaptei.

No momento da avaliação dos alunos, tanto escrita como oral, o Doutor Avelãs Nunes revelou dois outros traços do seu carácter. Em primeiro lugar, um enorme escrúpulo na avaliação dos conhecimentos dos alunos, o qual, aliás, se projectava, e muito justamente, nas exigências de rigor na correcção das provas escritas bem conhecidas pelos seus assistentes. Chegadas as provas orais, o escrúpulo mantinha-se, acompanhado agora de uma muito bem disfarçada generosidade, se quisermos, disponibilidade, para avaliar até quase à exaustão os conhecimentos dos alunos, quantas vezes exibidos relutantemente e com uma cadência e sucesso marcadamente irregulares. Registe-se que esta era uma opção duplamente ingrata. Por um lado explicava, com frequência, provas orais com duração de uma hora ou mais. Por outro lado, o examinando, quantas vezes tendo claramente fracassado ao fim da primeira meia hora de avaliação, quando conseguia, na segunda meia hora, garantir o débito acumulado de conhecimentos imprescindível para o 10, saía da sala com a convicção que tinha passado *apesar* do professor e nunca – disto tenho a certeza – com o discernimento de que tinha sido aprovado *por causa* do professor.

Mas nem tudo era dever. Não era dever, na leccionação de matérias que tinham, como todas têm, mas desta vez com uma evidência acutilante, carga ideológica, assumir as posições do regente da disciplina. Estas tinham que ser transmitidas como as posições do “Curso”, podendo, no demais, ser objecto de um confronto livre com quaisquer outras posições ou entendimentos, perante os estudantes e envolvendo os estudantes. A este propósito afirma, em texto recente, Avelãs Nunes: “A liberdade do professor de investigar e de ensinar é uma exigência fundamental do acto pedagógico. Mas igualmente fundamental é a liberdade de aprender por parte dos estudantes, o que significa que a liberdade de ensinar e a liberdade de aprender constituem um todo indivisível. Uma não pode existir sem a outra: a liberdade de ensinar não pode anular a liberdade de aprender, tal como esta não pode anular aquela. Sem a liberdade do professor não pode existir a liberdade dos alunos. Do mesmo modo, se os alunos não forem livres de defender os seus pontos de vista, é porque a liberdade não existe, e, portanto, também não existe a liberdade do professor.”

Não havia, por conseguinte, requisitos de subserviência intelectual. Não havia, aliás, quaisquer demandas de subserviência. Nesta Secção, com a coordenação do Doutor Avelãs Nunes – e, já antes, com a coordenação do Doutor Manuel Porto – nunca

me senti coagido a não expressar livremente o que pensava, fosse sobre matérias de natureza científica, fosse sobre outros aspectos da vida universitária. Apraz-me registar este facto, embora naturalmente, ele não seja um exclusivo das Jurídico-Económicas, antes timbre da Faculdade em que nos encontramos e factor que explica que, por estas bandas, o ar seja muito respirável.

Vou concluir. Não me despeço do Doutor Avelãs Nunes. Não considero esta a sua “Última Aula”. Esta é, apenas, a ocasião de que nos servimos para dirigir um pedido ao Senhor Doutor Avelãs Nunes. O pedido para que se mantenha, nesta Faculdade, como nosso contemporâneo, nos dias e nos anos que se hão-de seguir.

Muito obrigado.

Coimbra, 19.2.2010

Luís Pedro Cunha